

Neste arranque do Século XXI, a União Europeia encontra-se colocada perante três desafios fundamentais: o do alargamento a Leste, passando de quinze para vinte e cinco membros; o da sua refundação política, por via do debate constitucional lançado em Laeken e continuado na CIG (Roma); o da formação e condução de uma política externa comum coerente e eficaz.

Uma das janelas possíveis para o reforço da imagem da Europa no Mundo, passa pela capacidade de definir e conduzir uma política expressiva e estruturada para a região de maior desenvolvimento económico nas duas últimas décadas, a Região Ásia-Pacífico. Região em que a República Popular da China e o Japão se posicionam como os melhores candidatos ao papel de maior poder regional e global no século adiante.

As iniciativas de diálogo e cooperação lançadas pela União, designadamente no contexto da ASEM, confrontam-se com a primazia física dos Estados Unidos, para quem a Região é uma perna essencial do aparelho de segurança externa e de defesa, criado após a Segunda Guerra Mundial. Estados Unidos, cuja presença militar e peso geopolítico se afirma fundamental para a manutenção da Paz e para a salvaguarda do jogo de equilíbrios, destinados a garanti-la.

Um grupo de estrategistas e peritos de relações internacionais tenta responder a algumas das interrogações que se colocam ao futuro das relações entre a Europa e a Ásia, como espaços continentais e culturais. Até que ponto existe uma noção imanente de Euroásia como força agregadora e dissuasora de protagonismos e ambições dificilmente disfarçáveis? Quais as dimensões possíveis para um diálogo intercivilizacional, ao mesmo tempo respeitador das diferenças e que favoreça um ambiente de concerto indispensável à Paz e segurança colectiva, perante os reptos do post-11 de Setembro?

Com preâmbulo de Vasco Rocha Vieira e coordenação de Arnaldo M. A. Gonçalves, contribuíram para este livro Adriano Moreira, Carlos Gaspar, Henrique Lages Ribeiro, Derek da Cunha, Rui Simões, Jianming Shen, Carmen Amado Mendes e Isabel Santos Caetano.


magno
edições



Colecção
Estudos
e
Inovação
6

O Diálogo Europa-China-Ásia-Pacífico:
Desafios e Turbulências no século XXI

Coordenação de Arnaldo M. A. Gonçalves
Fórum Luso-Asiático


magno
edições
2004

Coordenação de Arnaldo M. A. Gonçalves

Fórum Luso-Asiático

O Diálogo Europa-China-Ásia-Pacífico:

Desafios e Turbulências no século XXI




magno
edições

Leiria 2004

Índice Geral

Notas sobre os autores

1. Introdução – Arnaldo M. A. Gonçalves
2. Mensagem
3. Prefácio: A Ásia Oriental na perspectiva da Europa, **Vasco Rocha Vieira**, General e último Governador de Macau

1ª PARTE: AS QUESTÕES GLOBAIS

4. China, Macau e a questão de 1999, **Adriano Moreira**, Professor jubilado do Instituto de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa, Professor do Instituto de Ciências Navais
5. O estranho caso da Ásia-Pacífico, **Carlos Gaspar**, Professor de Ciência Política, Assessor Político do Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio

2ª PARTE: GLOBALIZAÇÃO, GEOPOLÍTICA E SEGURANÇA REGIONAL

6. A Região Ásia-Pacífico depois da guerra fria: consequências da crise asiática, **Henrique Lages Ribeiro**, Brigadeiro e antigo Secretário-Adjunto para a Segurança do Governo de Macau
7. How and where is regional power evolving? **Derek da Cunha**, director do “*Contemporary Southeast Asia*”, Jornal de Estudos Estratégicos e Internacionais, Singapura

3ª PARTE: AS CONSEQUÊNCIAS SOCIOLÓGICAS DA GLOBALIZAÇÃO NAS SOCIEDADES ASIÁTICAS

8. A globalização dos modelos educativos chineses no confronto com as potências estrangeiras na transição para o Século XX, **Rui Simões**, Professor dos Instituto Politécnico de Macau, Docente da Escola Superior de Comunicação Social (Instituto Politécnico de Lisboa), Investigador

4ª PARTE: A POLÍTICA EXTERNA AMERICANA PARA A REGIÃO ÁSIA-PACÍFICO

9. A política externa americana para a Região Ásia-Pacífico e o Sistema Internacional, **Arnaldo M. A. Gonçalves**, Presidente do Fórum Luso-Asiático,

Assistente de Política Internacional na Universidade Internacional de Lisboa,
Investigador

**5ª PARTE: CONFLITOS FRONTEIRIÇOS E DISPUTAS TERRITORIAIS
NO PACÍFICO**

10. The essence of the *Aceh* and *xisha* disputes and the prospect of their settlement, **Jianming Shen**, Professor visitante de Direito do St. John's University School of Law, Nova Iorque

11. O conflito sobre o estreito de Taiwan: «Uma China, Uma Nação, Dois Lados?» **Carmen Amado Mendes**, Mestre em Relações Internacionais, concluindo o Doutoramento no *School of Asian Studies – SOAS* (Universidade de Londres)

6ª PARTE: O DIÁLOGO EUROPA-CHINA PARA O SÉCULO XXI

12. Europa-China: uma Nova Estratégia para uma Parceria reforçada, **Arnaldo M. A. Gonçalves** e **Isabel Santos Caetano**, respectivamente, Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Católica Portuguesa e Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

13. Índice Onomástico

14. Bibliografia seleccionada

**Resumos Curriculares
do Coordenador e dos Autores**

Vasco Rocha Vieira é General do Exército português, foi Governador de Macau entre 1991 e 1999, exercendo anteriormente os cargos de Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, representante português junto do Comando Aliado da Europa/OTAN, em Mons, na Bélgica e Chefe de Estado Maior do Exército, Secretário-Adjunto do Governo de Macau.

Adriano Moreira é Professor Catedrático Jubilado do Instituto de Ciências Sociais e Políticas e Professor do Instituto Superior de Estudos Navais, antigo Presidente do Centro Democrático e Social (CDS), antigo Ministro do Ultramar (1961-1963), autor de várias obras sobre Ciência Política, Relações Internacionais e Política Externa Portuguesa.

Carlos Gaspar é Assessor Político do Presidente da República Portuguesa, articulista e Assistente de Relações Internacionais.

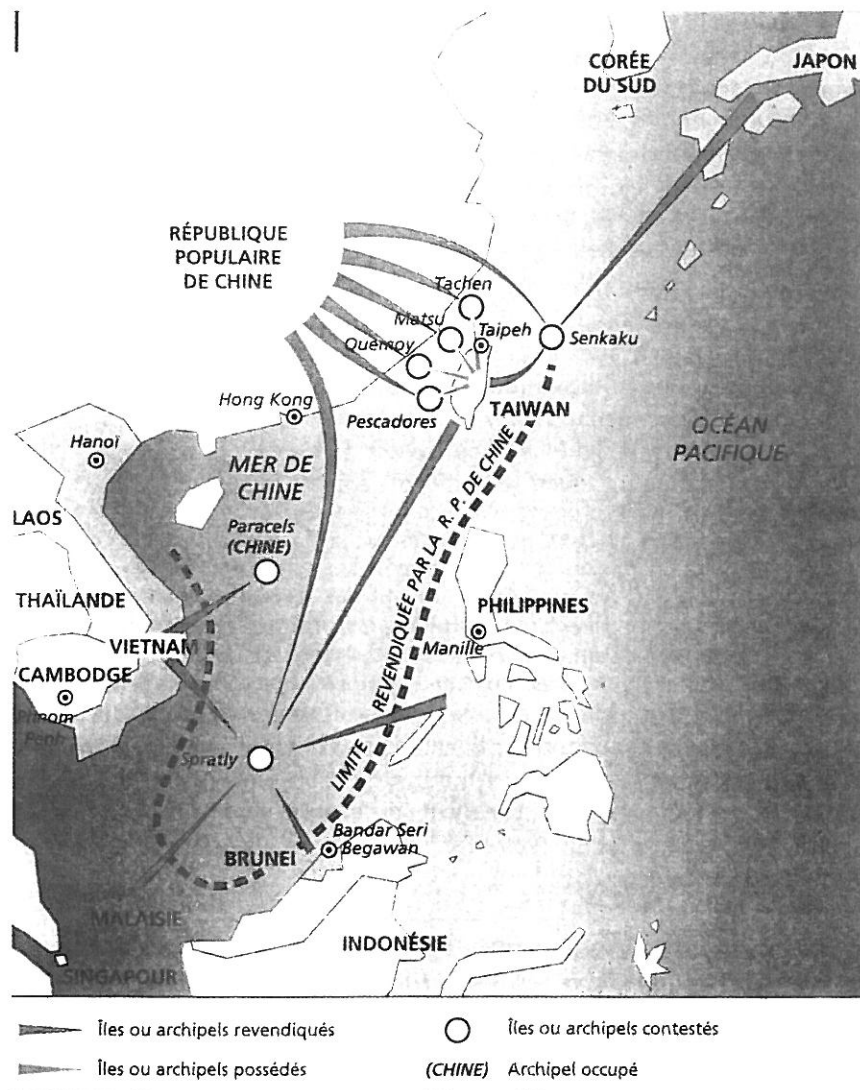
Henrique Lages Ribeiro é Brigadeiro do Exército português, antigo Secretário-Adjunto para a Segurança do Governo de Macau, Professor do Instituto de Altos Estudos Militares.

Derek da Cunha é Director da *Contemporary Southeast Asia Review*, revista trimestral de estudos estratégicos e internacionais e Senior Fellow do ISEAS (Institute of Southeast Asian Studies), Singapura.

Rui Simões é Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Lisboa – Escola Superior de Comunicação Social, foi Professor do Instituto Politécnico de Macau.

Arnaldo M. A. Gonçalves é Presidente do Fórum Luso-Asiático, Assistente de Política Internacional (Universidade Internacional), foi assessor do Governo de Macau entre 1989 e 1997, articulista e investigador nas áreas da Ciência Política, Assuntos Asiáticos e Relações Internacionais. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Católica Portuguesa.

Gravura III As Ilhas contestadas no Mar da China



après F. Joyaux, *La tentation impériale*, Imprimerie Nationale, 1994 ; G. Chaland, J.-P. Rageau, *Atlas stratégique*, Complexe, 1994

Fonte: Pág. 159 – Atlas Relações Internacionais

O Conflito no Estreito de Taiwan “Uma China, Uma Nação, Dois Lados”?

Carmen Amado Mendes
Instituto Superior de Ciências
Sociais e Políticas –
Universidade Técnica de Lisboa

I - Introdução

A disputa da ilha de Taiwan e o conflito entre a República da China (RC) e a República Popular da China (RPC) são, actualmente, nos planos interno e externo, factores de tensão permanentes e questões vitais para a região da Ásia-Pacífico.

A localização geográfica da Ilha de Taiwan delineou a sua história. Separada da República Popular da China (RPC) pelo estreito de Taiwan e situada entre o Japão e as Filipinas, o Império chinês acabaria por abandonar a ilha ao Japão em 1895, obtendo em troca a não ocupação de Pequim pelo exército japonês¹⁴⁹. Apenas com a rendição do Japão em 1945 Taiwan deixou de ser uma colónia japonesa, e a partir de 1949, data da instauração da República Popular da China no continente, serviu de refúgio às tropas nacionalistas do General Chiang Kai-Shek, derrotadas na guerra civil.

Desde esta altura, a reunificação de Taiwan com o continente nunca deixou de ser um objectivo estratégico do Partido Comunista Chinês (PCC), não pela Ilha em si (cujas autonomias o próprio Mao Zedong havia sugerido durante o período de ocupação japonesa), mas pelo facto de Taiwan funcionar, doravante, como base dos nacionalistas chineses. A situação agrava-se porque o Kuomintang considera que o Governo da República da China (implantada por Sun Yat-sen em 1912) apenas tinha sido transferido de Nanquim para Cantão e finalmente para Taipé, prosseguindo aí a luta contra os comunistas chineses.

¹⁴⁹ Pelo Tratado de Shimonoseki, celebrado em 1895 após a derrota da China na guerra sino-japonesa, a dinastia Qing da China viu-se obrigada a abdicar de Taiwan e das ilhas Penghu.

A resolução da questão de Taiwan não deve ser abordada como uma separação física da RPC (ao contrário do caso do Tibete, por exemplo), pois a República da China goza de uma independência *de facto* e nunca foi governada pela República Popular da China. O que está em causa é um reconhecimento *de jure* por parte da China e da Comunidade Internacional. Nesta abordagem importa, assim, caracterizar, numa primeira parte, a situação interna do conflito no Estreito de Taiwan, analisando as posições da China e de Taiwan face ao conflito, e ver numa segunda parte, qual tem sido a projecção deste conflito na esfera internacional.

II – Caracterização Interna do Conflito

A – Situação de Taiwan

a) Evolução política: o contexto das relações com a China

A partir de meados dos anos 80, sob impulso de Chiang Ching-Kuo, filho de Chiang Kai-Shek, e do seu sucessor, Lee Teng-hui, o regime político de Taiwan foi sendo progressivamente liberalizado. Os últimos anos da presidência de Chiang Ching-Kuo, em 1986 e 1987, foram marcados por algumas reformas internas: o levantar da Lei Marcial em Julho de 1987, o fim da proibição dos contactos com o continente¹⁵⁰, e a legalização do Partido Democrata Progressista, partido criado na altura e em que a maioria dos membros era favorável à independência da Ilha. Mas é a chegada ao poder do Presidente Lee Teng-hui, em Janeiro de 1988, que mais preocupa Pequim¹⁵¹.

Lee Teng-hui já era vice-presidente de Taiwan desde 1984. O então Presidente, Chiang Ching-Kuo, confiou-lhe o seu plano para a liberalização política de Taiwan e o próprio Lee Teng-hui defendia que o desenvolvimento económico da Ilha não era compatível com um regime totalitário¹⁵². A chegada ao poder de um natural de Taiwan corresponde a uma viragem histórica para os habitantes de Taiwan. Em Julho de 1989, no 13º Congresso do Partido Nacionalista, Lee Teng-hui viu confirmado o seu posto de chefe

¹⁵⁰ O Governo de Taiwan, que em 1949 havia proibido os contactos com o continente, decidiu autorizar as visitas a familiares na China, levantando a maioria das restrições na Primavera de 1988.

¹⁵¹ JOYAUX François, *La tentation impériale*, Paris, Imprimerie Nationale, 1994, p. 175.

¹⁵² BOUBLIL Alain, *Le Siècle des Chinois*, Mónaco, Editions du Rocher, 1997, p. 296.

do partido, consolidando assim o seu poder. Ultrapassou a resistência dos nacionalistas tradicionais¹⁵³ e foi eleito para a Presidência da República pela Assembleia Nacional, assim que o mandato do seu predecessor chegou ao fim (1990)¹⁵⁴.

A 1 de Maio de 1991, Lee Teng-hui pôe termo a 43 anos de hostilidades entre nacionalistas e comunistas chineses, proclamando em Taiwan o fim do “período de mobilização nacional para supressão da rebelião comunista”¹⁵⁵. Tal inflexão tem consequências com grande importância simbólica: reconhece-se que “as autoridades do continente” constituem uma “entidade política legítima” e a fórmula “bandidos comunistas” começa a ser suprimida dos manuais de história. Esta declaração permitirá eliminar os obstáculos de princípio que impedem a normalização das relações entre as duas margens do Estreito de Taiwan¹⁵⁶. O Primeiro Ministro da RPC, Li Peng, congratula-se com estas declarações das autoridades de Taiwan favoráveis à reunificação da pátria e mostra-se esperançado no estabelecimento das “três ligações – postais, marítimas e comerciais”: “Esperamos que o Partido Comunista Chinês e o Kuomintang negociem em breve e estamos dispostos a contactar com todos os partidos, organizações e personalidades de Taiwan a esta respeito”¹⁵⁷.

b) Evolução social: o fenómeno do “taiwanismo”

Ao longo destes 50 anos em que tem estado refugiada em Taiwan, a República da China foi constituindo aos poucos uma realidade social e uma identidade nacional dando lugar a um fenómeno já conhecido por “taiwanismo”. A liberalização política de que acabámos de falar e a liberalização económica de que falaremos a seguir facilitarão a mudança ideológica e social que se foi verificando em Taiwan. Denota-se um sentimento crescente de cidadania e de dever para com a comunidade e para com a Nação¹⁵⁸ e o aparecimento de uma identidade taiwanesa, identidade essa que é essencialmente uma consciência de projecto comum

¹⁵³ Menos de três semanas antes das eleições presidenciais, Lin Yang-kang candidatou-se, mas, graças à intervenção de personalidades do partido, retirou a sua candidatura para salvar a unidade.

¹⁵⁴ MENGUIN Françoise, “Une élection historique”, *Politique Internationale*, n.º 72, Verão de 1996, p.14.

¹⁵⁵ *Boletim Quotidiano Europa*, Agência Europa, 30 de Abril de 1991.

¹⁵⁶ MARGOLIN Jean-Louis, “Taiwan”, *L'état du monde*, 1992, p. 366.

¹⁵⁷ «Conférence de presse de Li Peng, à l'issue de la 4e session de la VIIe Assemblée Nationale Populaire (Pékin, 9 avril 1991)», *Documents d'actualité internationale*, n.º 14, 15 de Julho de 1991, p. 272.

¹⁵⁸ MYERS Ramon H., «A New Chinese Civilization: The Evolution of the Republic of China on Taiwan», *The China Quarterly*, n. 148, Dezembro de 1996, p.1089.

de destino e não uma identidade baseada em factores étnicos ou rácicos. Esta identidade cultural e consciência taiwanesas, politicamente conotadas contra a identidade e consciência chinesas¹⁵⁹, traduzem-se no uso, cada mais frequente, do “nós” e do “eles” na promoção da consciência colectiva. O *Mimam*, dialecto local marginalizado durante anos pelo Kuomintang, seria entretanto revitalizado e mesmo necessário à comunicação nalgumas zonas de Taiwan.

A nível interno, a identidade nacional do povo de Taiwan é reclamada pelos nacionalistas taiwaneses, que defendem uma separação definitiva da China, e pelos nacionalistas chineses, que se opõem à independência de Taiwan e são a favor de uma eventual reunificação com a China. Estas duas categorias sociais baseiam as suas reivindicações exclusivamente em lógicas nacionalistas. Por outro lado, os independentistas defendem a independência de Taiwan com base nas grandes disparidades políticas e socio-económicas surgidas entre os dois lados do Estreito de Taiwan, e os unificacionistas defendem a unificação com o continente com base em razões económicas e de segurança. Ainda podemos considerar os realistas, que defendem a manutenção do *status quo* independentemente da sua identidade nacional, e os passivos, que não têm opinião formada sobre a questão ou para os quais é indiferente a adopção de qualquer uma das soluções acima apontadas¹⁶⁰.

A realidade política actual não favorece a tomada de posições radicais por parte dos nacionalistas. Os nacionalistas taiwaneses não sentem urgência em declarar a independência uma vez que Taiwan já se encontra separada *de facto* em relação à RPC e exerce a sua soberania sobre territórios caminhando no sentido da democracia; os nacionalistas chineses crêem que a unificação é prematura face às disparidades socio-políticas existentes entre os dois lados do Estreito. Assim, tudo aponta para que o *status quo* seja mantido durante os próximos tempos, sendo Taiwan o grande beneficiário, pois permite-lhe ir aprofundando a sua reforma democrática e preparar-se política, social e culturalmente para o dia em que uma solução definitiva seja possível¹⁶¹.

¹⁵⁹ WEIMING Tu, “Cultural Identity and the Politics of Recognition in Contemporary Taiwan”, *The China Quarterly*, n.148, Dezembro de 1996, p.1118.

¹⁶⁰ YUN-HAN Chu, e CHIA-LUNG Lin, “Democratization and Growth of Taiwanism: Competing Nationalisms and National (In)Security”, *Second Annual Conference of the EU-China Academic Network (ECAN)*, Universidad Autonoma de Madrid, Espanha, 21 e 22 de Janeiro de 1999, p.p.5-6.

¹⁶¹ *Ibidem*, p.p.12-13.

Os frutos do investimento na “consciência identitária” podem ser vistos no gráfico 1 (em anexo), feito a partir de sondagens telefónicas levadas a cabo pelo *The United Daily* entre Outubro de 1989 e Julho de 1997. O gráfico mostra claramente o número crescente de taiwaneses que se identificam com Taiwan e que apoiam a sua independência, sugerindo que sempre que aumenta a tensão no Estreito cresce o número de apoiantes da independência e da identidade de Taiwan.

Em 1989-1990, promover a independência de Taiwan ainda era um tabu. Com a progressiva liberalização política, entre 1991 e 1993, os apoiantes da independência e identidade própria de Taiwan aumentaram em 100% em relação ao período anterior. A partir de 1994, os apoiantes da independência de Taiwan e da identidade taiwanesa aumentaram 30% e 45% respectivamente. Os picos mais significativos desta tendência coincidem, precisamente, com períodos de grande tensão no Estreito de Taiwan. A 31 de Março de 1994 dá-se o conhecido *Thousand Island Lake Incident*, em que 24 turistas taiwaneses são roubados e assassinados durante a sua visita aquele lago na China¹⁶². Entre o Verão de 1995 e o Verão de 1996 ocorre a crise dos mísseis no Estreito, que sucedeu à viagem de Lee Teng-hui aos Estados Unidos, como veremos mais tarde.

B – Cooperação económica e tensão político-militar

a) A importância do factor económico

Desde que encontrou refúgio em Taiwan, o governo nacionalista adoptou uma nova atitude face ao modelo económico da República da China: deixou de controlar os bancos e as empresas estatais como havia feito até então no continente e passou a incentivar as empresas privadas e o investimento, acreditando que o factor económico era vital para o estatuto de Taiwan¹⁶³.

Mas se, por um lado, a ascensão ao grupo dos “Novos Países Industrializados”¹⁶⁴ tornou Taiwan num território que se assume cada vez menos como uma província chinesa, por outro lado, os elevados níveis de

¹⁶² *Ibidem*, p.25

¹⁶³ MYERS Ramon H., “A New Chinese Civilization: The Evolution of the Republic of China on Taiwan”, *The China Quarterly*, n.148, Dezembro de 1996, p.1082.

¹⁶⁴ JOYAUX François, “La politique chinoise on Asie”, *Le courrier des pays de l'Est*, n.º 399, Maio de 1995, p.7.

investimento dos empresários taiwaneses na República Popular da China poderão vir a comprometer a autonomia financeira de Taiwan¹⁶⁵. Pequim tenta aumentar o mais possível o volume das trocas de forma a criar uma interdependência prejudicial a Taiwan e Taiwan resiste a uma integração económica plena no continente, que prejudicaria a sua autonomia política. Em suma, ao tentarem beneficiar com as trocas comerciais do Estreito, as duas partes utilizam a economia como o maior factor de aproximação entre a ilha e o continente, prosseguindo as suas agendas próprias.

b) Os contactos políticos

Como já vimos, no início dos anos 90 Taiwan toma a iniciativa e o Presidente Lee Teng-hui declara solenemente encerrados 43 anos de hostilidades entre nacionalistas e comunistas chineses.

1. *As Linhas de orientação para a Unificação Nacional*

Em 1990, Lee Teng-hui cria o Conselho de Unificação Nacional encarregue de definir os objectivos e políticas para o relacionamento com o continente. Em 1991, o Conselho de Unificação Nacional adopta as “Linhas de Orientação para a Unificação Nacional”, documento que acolhe a ideia de “uma China, duas entidades políticas iguais” e que assenta nas seguintes ideias fundamentais¹⁶⁶:

1. A existência da República da China é uma realidade que não pode ser negada;

2. “Uma China” refere-se à China como entidade histórica, geográfica, cultura e racial;

3. A divisão da China em dois governos, separados pelo estreito de Taiwan, é um fenómeno temporário e transitório na história chinesa e a conjugação de esforços dos dois lados porá, inevitavelmente, a China no caminho da unificação. Para tal, as duas partes devem erradicar a hostilidade mútua e respeitar-se na arena internacional, bem como renunciar ao uso da força como meio para atingir a unificação;

4. Deve-se deixar espaço para futuras negociações políticas. Os dois lados devem criar um corpo consultivo e concluir os planos para a unificação, através da negociação bilateral.

Quanto à política da República Popular da China em relação a Taiwan esta vai evoluindo no sentido da distensão. Depois das políticas de “libertação pela força” e de “libertação pacífica” de Mao Zedong, a RPC adopta

¹⁶⁵ WEIMING Tu, «Cultural Identity and the Politics of Recognition in Contemporary Taiwan», *The China Quarterly*, n.148, Dezembro de 1996, p.1117.

¹⁶⁶ “Relations Across The Taiwan Straits”, Mainland Affairs Council, Taiwan, Julho de 1994, p.12.

a política de “Um país, dois sistemas” de Deng Xiao Ping. Apesar de não ter abandonado a possibilidade de um recurso à força para recuperar o território, a China Popular substitui a estratégia de confrontação militar pela abertura de um diálogo quanto às modalidades do retorno dos “compatriotas” taiwaneses à pátria, propondo um determinado grau de autonomia política a Taiwan¹⁶⁷. Esta política de “reunificação pacífica” assenta num mote político: Um país, Dois sistemas” e resume-se a 4 pontos:

1. No mundo há uma só China e Taiwan é uma parte inalienável da China;

2. Existem dois sistemas, o socialista na parte continental e o capitalista em Taiwan, que coexistirão durante algum tempo até se começarem a desenvolver em comum;

3. Grande autonomia: Taiwan será aquando do regresso à China uma Região Administrativa Especial, com poder administrativo, legislativo e judicial independente;

4. A reunificação será conseguida através de uma reunificação pacífica¹⁶⁸.

Taiwan concorda com o princípio de “uma China”, mas “uma China” não significa para os responsáveis de Taiwan, RPC com Taiwan anexado, mas sim a República da China, fundada em 1912 e com soberania sobre todo o território chinês.

2. *As ONG: SEF e ARATS*

Em 1990, Lee Teng-hui funda uma organização oficial, o *National Unification Council* (NUC), para coordenar a estratégia oficial nas negociações entre os dois lados do Estreito de Taiwan. Em 1991, a *Mainland Affairs Task Force*, criada em 1988 pelo Kuomintang, passa a *Mainland Affairs Council* (MAC) e vê activadas as suas funções de planeamento da política global de relacionamento com o Continente. No entanto, estas organizações estatais não podem negociar directamente com a RPC, porque isso significaria em termos de política internacional o reconhecimento mútuo dos governos. Daí surge a necessidade de se criar uma organização “não-oficial”¹⁶⁹.

¹⁶⁷ MENGUIN, Françoise, “La China Populaire au risque de la réunification nationale”, *Pouvoirs*, n.º 81, p. 143.

¹⁶⁸ “El Problema de Taiwan Y La Reunificación de China”, Pequim, Gabinete de Informação do Conselho de Estado da República Popular da China, Agosto de 1993, p.p. 17-19.

¹⁶⁹ HUGHES, Christopher, *Taiwan and Chinese nationalism – National identity and status in international society*, Londres, Routledge, 1997, p.p.76-77.

Assim, em Fevereiro de 1991, é criada pelo Governo de Taipé uma Organização Não Governamental (ONG) com o mandato de tratar das questões do Estreito de Taiwan. A SEF (*Strait Exchange Foundation*) tem como correspondente, do lado continental, a ARATS (*Association for Relations Across the Taiwan Straits*). Os contactos bilaterais desenvolvem-se, desde então, através destas duas ONG'S que funcionam como veículos negociais entre a RPC e Taiwan, articulando-se como verdadeiros canais de negociação.

Kos Chen-fu, presidente da SEF, e Wang Daohan, presidente da ARATS, emprestam o nome às primeiras conversações entre as duas associações. As “Conversações Koo-Wang” começam a ser preparadas em Pequim e têm lugar em Singapura em Abril de 1993. Koo Chen-fu e Wang Daohan assinam então dois acordos de carácter técnico¹⁷⁰, um protocolo sobre a metodologia para a condução de reuniões e um documento acordando o desenvolvimento de reuniões regulares entre as duas ONG. No entanto, as diferenças de pontos de vista e a falta de flexibilidade, muitas vezes mostradas entre ambas as partes, nunca permitem que se realizem as expectativas que levaram à sua criação.

3. O Livro Branco de 1993

A 31 de Agosto de 1993, a RPC publica um Livro Branco intitulado “A Questão de Taiwan e a Reunificação da China” em que explana a posição, os princípios e as políticas traçadas pelo Governo chinês, destinados a resolver, de forma pacífica, a questão de Taiwan¹⁷¹. O Livro Branco começa por afirmar que “todo o Estado soberano tem o direito de manter a unidade nacional e a integridade territorial”¹⁷², e foca cinco aspectos fundamentais:

1. Taiwan é uma parte inalienável da China: Taiwan faz parte da China desde a Antiguidade, com a excepção dos 50 anos de ocupação japonesa. A comunidade internacional reconhece que Taiwan pertence à China.
2. A origem da “questão de Taiwan” está relacionada com a guerra

¹⁷⁰ “Agreement on the use and verification of certificates of authentication across the Taiwan straits; Agreement on matters concerning inquiry and compensation for [lost]registered mail across the Taiwan straits.”

¹⁷¹ “Perguntas Y Respuestas Sobre El Problema de Taiwan Y La Reunificacion de China”, Pequim, China Intercontinental Press, Dezembro de 1997, p.p. 1-3.

¹⁷² “The Taiwan Question and Reunification of China”, Pequim, Taiwan Affairs Office & Information Office State Council, Agosto de 1993.

civil, provocada pelos nacionalistas, e sobretudo com a intervenção de forças estrangeiras (nomeadamente o Estados Unidos) na guerra civil, no apoio a um dos lados.

3. A posição-base do Governo Chinês com vista à resolução da questão de Taiwan explicita-se num conjunto de posições políticas:

- 1955 – Zhou Enlai afirma numa sessão do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional que “a solução do problema de Taiwan (...) tem duas vias possíveis, a via da guerra e a via pacífica; (...) pretende-se conseguir a solução do problema pela via pacífica”.

- 1956 – Mao Zedong formula várias políticas sob o lema que “mais vale a paz”.

- 1979 – O Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional emite uma “mensagem aos compatriotas de Taiwan” na qual propõe conversações para pôr fim ao confronto militar.

- 1981 – Ye Jianying, Presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional declara que “Taiwan pode constituir uma região administrativa especial e gozar de um elevado grau de autonomia” e que “o Kuomintang e o PCC devem negociar em pé de igualdade”.

- 1982 – Deng Xiao Ping lança a fórmula “Um país, Dois sistemas”: O continente subordina-se ao sistema socialista e Taiwan ao sistema capitalista e as duas partes seriam reunificadas.

- 1992 – Jiang Zemin reafirma a continuidade da orientação “reunificação pacífica: um país, dois sistemas”.

4. O desenvolvimento das relações entre ambos os lados do estreito de Taiwan e os obstáculos a esse desenvolvimento: o governo chinês adoptou um conjunto de políticas e medidas para promover os intercâmbios aos vários níveis, como o político, militar e económico.

5. Várias questões envolvem Taiwan com as principais organizações internacionais:

- A questão das relações com Taiwan de países que tenham estabelecido relações diplomáticas com a Republica Popular da China.

- Relações entre as primeiras organizações internacionais e Taiwan.

- O problema do tráfego pelo espaço aéreo de Taiwan dos países que tenham estabelecido relações diplomáticas com a China.

- A questão da venda de armas a Taiwan por parte dos países que têm relações diplomáticas com a China.

4. Os “oito pontos” de Jiang Zemin

A 30 de Janeiro de 1995, o Presidente Chinês Jiang Zemin anuncia uma nova política sobre a reunificação de Taiwan sob o lema: “Uma China,

uma Nação, dois lados”. As linhas gerais desta nova política contêm-se no discurso que profere sobre a reunificação de Taiwan, intitulado “Continuar a promover a reunificação com a pátria”, também conhecido pelos “Oito Pontos”:

1. O objectivo de “uma só China” será alcançado através de reunificação pacífica. A RPC opõe-se à criação de um Taiwan independente;

2. Pequim não se opõe ao relacionamento não governamental, económico ou cultural entre Taiwan e outros países, mas opõe-se a qualquer iniciativa de relacionamento político que conduza ao reconhecimento do Governo da Ilha;

3. O estabelecimento de negociações bilaterais no sentido da reunificação da China, deve partir da premissa que só há uma China e visa o fim do estado de hostilidade latente;

4. A reunificação deve ser alcançada por meios pacíficos, mas a RPC não abdica da opção de uso da força, não directamente contra Taiwan, mas contra qualquer interferência externa contra a reunificação;

5. Devem desenvolver-se esforços no sentido de um estreitamento da cooperação económica entre os dois lados do estreito de Taiwan;

6. Unidade étnica e cultural da China é a base essencial da reunificação da Pátria;

7. Deverá guardar-se respeito pelas diferenças de modo de vida, e pelos legítimos direitos e interesses dos compatriotas de Taiwan;

8. As conversações com os líderes de Taiwan devem desenvolver-se ao mais alto nível, mas sem intervenção internacional¹⁷³.

Através deste discurso, Jiang Zemin, é o primeiro líder chinês a tentar “vender” a ideia de uma reunificação pacífica e harmoniosa aos taiwaneses, assegurando, nomeadamente, a manutenção dos direitos dos 21 milhões de habitantes da Ilha. Apesar de não ter sido totalmente convincente, Jiang Zemin consegue fazer passar a mensagem da superação pacífica das diferenças que Mao Zedong e Deng Xiao Ping haviam insinuado. Através de encontros com vários homens de negócios, políticos e académicos de Taiwan, Jiang Zemin procura transmitir a ideia que a posição da China não é fechada e que está disponível para ouvir outros pontos de vista.

5. Os “seis pontos” de Lee Teng-hui

A proposta dos “Oito Pontos” de Jiang Zemin é formalmente rejeitada no discurso que o Presidente de Taiwan faz durante uma reunião do *Conselho de*

¹⁷³ “Jiang Zemin’s ‘Eight Point Plan’”, Internet: <http://views.vcu.edu/~bhchen/tw-history1996.htm#8point>.

*Unificação Nacional*¹⁷⁴. A intervenção intitula-se “Promover a normalização das relações no Estreito, criar um clima favorável à unificação”, ficando conhecida por “os seis pontos de Lee Teng-hui”. Evidencia que Taiwan e China são duas identidades separadas e que a renúncia ao uso da força por parte da China é pré-condição para resolver a disputa:

1. Taiwan e China são governadas como duas entidades políticas soberanas, desde 1949;

2. A partilha de uma mesma cultura chinesa deve contribuir para o intensificar dos contactos bilaterais;

3. Deve ser ainda mais incrementado o comércio bilateral;

4. As duas partes devem participar em organizações internacionais, podendo utilizar tais fóruns para se encontrarem e trocarem impressões;

5. A base para o fim das hostilidades entre as duas partes é a renúncia, por parte do Continente, ao recurso a uma solução militar;

6. A República Popular da China deve assegurar a democracia e prosperidade de Hong Kong e Macau¹⁷⁵.

c) *A ameaça militar*

Para além de responder de forma directa a Jiang Zemin, Lee Teng-hui rejeita automaticamente a proposta dos “oito pontos” na sua deslocação aos Estados Unidos. Entre 7 e 12 de Junho de 1995, após obter autorização dos Estados Unidos¹⁷⁶, o Presidente de Taiwan visita aos Estados Unidos e desloca-se a título privado à Cornell University¹⁷⁷, apesar dos sonantes protestos da diplomacia chinesa. Na sequência da visita, as relações políticas sino-taiwanesas agravam-se e os responsáveis do PCC modificam a sua estratégia em relação a Taiwan. Incapazes de convencer o governo de Taiwan para a bondade da sua proposta de reunificação pacífica, decidem recorrer à intimidação.

¹⁷⁴ O Conselho de Unificação Nacional foi criado em 1990, subordinado à Presidência da República da China. As directrizes para a unificação nacional foram promulgadas no ano seguinte para conduzir a política de Taiwan com o Continente. (“Lee Teng-hui, Presidente da República da China”, Taiwan, Escritório de Informação do Governo, 3 de Março de 1998, p.8).

¹⁷⁵ “Lee Teng-hui responds to Jiang Zemin”, Internet: <http://views.vcu.edu/~bhchen/tw-history1996.htm#6point>.

¹⁷⁶ O Congresso dos Estados Unidos aprovou uma resolução incitando o Presidente Clinton a permitir a visita de Lee Teng-hui aos Estados Unidos. A 22 de Maio de 1995 a decisão é anunciada. (“*Chronology of Recent Events*”, Internet: <http://views.vcu.edu/~bhchen>).

¹⁷⁷ Lee Teng-hui estudou na Universidade de Cornell, onde obteve em 1990 a Citação de Aluno Internacional Ilustre (“*Outstanding International Alumnus Citation*”) e onde recebeu, em Junho de 1995, o Prémio de Distinção Ex-Aluno do Colégio de Agricultura e Ciências da Vida.

A RPC e Taiwan haviam chegado a acordo no mês de Maio de 1995, que a segunda ronda de negociações Koo-Wang (das ONG SEF e ARATS) teria lugar no mês de Julho. A 16 de Junho, a ARATS envia uma carta à SEF adiando as negociações, em razão da viagem de Lee Teng-hui aos Estados Unidos.

Aquando das eleições legislativas de 2 de Dezembro de 1995 e das eleições presidenciais de 23 de Março de 1996, a China adoptou uma retórica virulenta e intimidatória, visando intimidar Taiwan e os Taiwanenses: uma crítica sem precedentes a Lee Teng-hui; a organização de exercícios militares junto à costa de Taiwan, com grande cobertura dos media; a utilização dos jornais pró-Pequim de Hong-Kong para ridicularizar os americanos e a sua política para com Taiwan.

O período de maior tensão antecede as primeiras eleições presidenciais directas e livres da República da China, em Março de 1996. O Exército de Libertação Popular efectua exercícios militares de grande envergadura no Estreito de Taiwan, desenvolvendo-os em três fases: lançamento de mísseis para as águas perto dos dois maiores portos de Taiwan (Keelung e Kaohsiung); fogo real de artilharia; manobras da força aérea. No fundo, perante os níveis de tecnologia militar envolvidos, trata-se de uma encenação militar-diplomática com objectivos simbólicos destinados a dar “face” ao regime chinês e verdade às suas ameaças.

O principal objectivo de Pequim é transmitir aos líderes taiwaneses que a RPC não irá tolerar que Taiwan continue a desbravar caminho para a independência¹⁷⁸. Pretende-se assim¹⁷⁹:

- Intimidar os eleitores taiwaneses para que votem contra o presidente Lee Teng-hui, a personalização da mudança e da vontade de independência;
- Pressionar Lee Teng-hui a acordar uma data para a reunificação com a China;
- Forçar Taipé a abandonar os esforços para entrar nas Nações Unidas e na Organização Mundial do Comércio (OMC);
- Levar Taipé a reduzir os esforços para conseguir o reconhecimento por parte de outros Estados da comunidade internacional. A República de Taiwan é reconhecida por 28 Estados.

Esta estratégia de agravamento da tensão e amedrontamento da população de Taiwan falha. Os mísseis não influem nas decisões de voto

¹⁷⁸HU, Weixing, “China’s Taiwan Policy and East Asian Security”, *Journal of Contemporary Asia*, Vol.27, nº3, 1997, p.375.

¹⁷⁹ BARNATHAN, Joyce et all, “Taiwan under siege”, *Business Week*, 25 de Março de 1996, p.17.

e contribuem mesmo para aumentar a desconfiança de vários países em relação à China¹⁸⁰. Contudo, uma série de sondagens efectuadas antes e depois da crise dos mísseis mostram bem o impacto que a ameaça militar da RPC tem sobre a opinião política de Taiwan, como podemos ver no Gráfico 2 (em anexo).

A RPC anuncia que o seu primeiro exercício militar teria lugar entre 8 e 15 de Março. A partir deste momento, é visível o aumento dos apoiantes da manutenção do *status quo*. Quando a RPC anuncia que o segundo exercício militar teria lugar entre 18 e 25 de Março, a linha defensora da unificação entra em queda livre e a partidária da independência regressa à margem dos 27%, anteriores à crise. Apesar disso, a linha que propugna a identidade taiwanesa continua sempre a aumentar na preferência dos eleitores (ver Gráfico 1).

A SEF toma a iniciativa de escrever à ARATS a 29 de Abril e a 3 de Julho de 1996, numa tentativa de retomar as negociações¹⁸¹, mas não obtém resposta. A 6 de Novembro de 1997, a ARATS responde finalmente à proposta da SEF, mas a sua resposta é tardia e as negociações permanecem bloqueadas.

A 30 de Janeiro de 1997, no discurso comemorativo da “Proposta de Oito Pontos” do Presidente Jiang Zemin, Li Peng afirma que “após Hong Kong e Macau regressarem à Pátria, a tarefa de reunificação com Taiwan é a mais prioritária na nossa agenda”. O Presidente de Taiwan, Lee Teng-hui opõe-se frontalmente a que a República da China é igual a Hong Kong e que a pré-condição para a reunificação deva ser a aceitação dos princípios de liberdade, democracia e prosperidade, como base do diálogo. As relações entre os dois lados do Estreito agravam-se.

Durante o XVº Congresso do Kuomintang, em Agosto de 1997, o PCC envia um telegrama a Taipé sugerindo o fim das hostilidades entre ambas as partes reafirmando o princípio de “uma China”, como forma de se atingir a reunificação pacífica, contra a hipótese de independência de Taiwan subjacente ao princípio das “duas Chinas”. A diferença política de mensagens (própria do simbolismo das sombras do teatro chinês e oriental) face à prática anterior não reside no seu conteúdo mas em aspectos formais. A mensagem de 1993 foi assinada pelo Presidente chinês, Jiang Zemin, que apresentou parabéns pessoais a Lee Teng-hui pela sua reeleição como Presidente do Kuomintang. Em 1997, a mensagem foi dirigida do Comité Central do Partido Comunista Chinês para o Comité Central do

¹⁸⁰ CABESTAN Jean-Pierre, “Taipei-Pékin: les liaisons dangereuses”, *Politique Internationale*, n.º 72, Verão de 1996, p. 44.

¹⁸¹ Ver em anexo a carta que a ARATS enviou à SEF em plena crise dos mísseis, congelando assim as negociações.

Kuomintang, visando contornar Lee Teng-hui e mantendo a porta aberta para melhores relações. Os próprios membros do Kuomintang reconhecem que as relações entre os dois lados do Estreito de Taiwan sofreriam uma melhoria significativa¹⁸².

No XVº Congresso do PCC, em Setembro de 1997, Jiang Zemin dedica muito mais tempo a tratar da questão de Taiwan do que o havia feito no XIVº Congresso, ou do que Zhao Zhiyang tinha dedicado no XIIIº¹⁸³. Jiang Zemin faz um discurso mais conciliador que os seus predecessores, afirmando que a absorção de Taiwan pela China é a continuação natural do processo de reunificação de Hong Kong e que o conceito “Um país, Dois sistemas”, sob o qual a reunificação de Hong Kong com o continente havia sido feita, teria sido formulado por Deng Xiao Ping a pensar em Taiwan.

Em Dezembro de 1997, a China sugere a Taiwan, embora não oficialmente, que uma China reunificada possa ter um novo nome (que não RPC) e até uma nova bandeira. Taiwan rejeita esta proposta mas em Abril de 1998 os contactos directos são restabelecidos entre a SEF e a ARATS¹⁸⁴.

III - Projecção do Conflito na a Esfera Internacional

A - Região da Ásia-Pacífico

A posição das nações asiáticas face ao conflito no estreito de Taiwan é unânime: a manutenção do *status quo* existente e a recusa de qualquer tipo de mudança radical que altere os equilíbrios criados no quadro da Guerra Fria. Dependendo de quem tome a iniciativa de alterar o *status quo*, Pequim ou Taipé, os países asiáticos tirarão as suas conclusões. Aparentemente, a “diplomacia flexível” de Lee Teng-hui agrada-lhes¹⁸⁵, e vários países da ASEAN têm feito tentativas de aproximação a Taiwan¹⁸⁶, mas sem que isso implique um reconhecimento formal.

Quanto ao Japão, o segundo país mais importante depois dos Estados Unidos, a sua política para Taiwan resume-se ao conceito: “uma China,

¹⁸² BAUM Julian, “In the party mood”, *Far Eastern Economic Review*, 11 de Setembro de 1997, p. 24.

¹⁸³ CHENG, Tun-jen e LIAO, Yi-shing, “Taiwan in 1997: An Embattled Government in Search of New Opportunities”, *Asia Survey*, Vol. XXXVIII, nº1, Janeiro de 1998, p.59.

¹⁸⁴ “EIU Country Profile 1998-1999”, The Economist Intelligence Unit Limited, 1998, p.12.

¹⁸⁵ HU Weixing, “China’s Taiwan Policy and East Asian Security”, *Journal of Contemporary Asia*, Vol.27, n.3, 1997, p.381.

¹⁸⁶ Por exemplo as Filipinas. Ver: DELFS, Robert and BAUM, Julian, “Accidental Tourist”, *Far Eastern Economic Review*, 4 de Março de 1993.

uma solução pacífica”¹⁸⁷. O Japão tem uma certa relutância em promover contactos oficiais com Taiwan, moldando a sua estratégia pelas atitudes adoptadas pela China no que respeita ao conflito no Estreito. Assim, nas várias tentativas que desenvolverá no sentido de convidar Lee Teng-hui para uma visita não oficial, depara-se sempre com a oposição de Pequim e não força. Há a situação com receio de indispor o processo vizinho.

Aquando da *crise dos mísseis*, o Japão toma posição e qualifica a atitude da China como “indesejável” e susceptível de provocar a intervenção militar dos Estados Unidos, ligados a Taiwan por um Tratado de Defesa e Assistência Mútua que os obriga a intervir quando o Território de Taiwan for visado por um poder externo agressor. Naltura da crise dá-se o ajustamento da política de aliança e defesa EUA-Japão. O objectivo do Japão e dos EUA passa por uma manutenção do *status quo* já que a emergência de um conflito militar terá efeitos desastrosos para toda a região da Ásia-Pacífico¹⁸⁸.

As relações entre o Japão e Taiwan sofreram várias alterações com as mudanças políticas verificadas em Taiwan, após a morte de Chiang Kai-shek, uma vez que a ideologia e as ligações históricas se tornam menos significantes. A ambição de Taiwan em assinar com o Japão um “Taiwan Relations Act” inspirado no modelo de Washington, dificilmente poderá ser atingida no futuro mais próximo, dado corresponder a uma alteração ao *status quo* que ninguém terá interesse em romper.

B - Estados Unidos

A posição dos Estados Unidos sobre a questão do Estreito de Taiwan baseia-se em três comunicados bilaterais (o *Shanghai Communiqué* de 1972, o *Joint Communiqué* de 1979 e o *US-China Communiqué* de 1982) e no *Taiwan Relations Act* de 1979, que obriga os Estados Unidos a defender o povo de Taiwan em caso de agressão exterior.

Segundo Phil Deans¹⁸⁹, cinco acontecimentos-chave marcam a política chinesa dos EUA e as questões de Taiwan nos anos 90:

1. A decisão do Presidente Bush Pai em 1992 de vender vários F-16 de combate a Taiwan, tendo Pequim acusado-o de desrespeitar o *US-China Communiqué* de 1982, que restringe a venda de armas a Taiwan;

¹⁸⁷ CHU-KWANG Chin, “The U.S.-Japan Joint Declaration”, *World Affairs*, vol.160, nº3, Inverno de 1998, p.156.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p.p. 156-157.

¹⁸⁹ DEANS, Phil, “Contested Sovereignty: the Impact of Political Change on Taiwan on the China Policy of the Major Countries of the Asia-Pacific Region”, *Conferência do Centre d’Études Français sur la Chine Contemporaine, do Institut Français des Relations Internationales e do Institute for National Policy Research*, 16 e 17 de Dezembro de 1998, p.3.

2. A revisão da política americana para com Taiwan em 1994, com a alteração da designação da embaixada de Taiwan nos EUA (de *Co-ordination Council for North American Affairs* para *Taipei Economic and Cultural Representative Office*) e o levantamento das restrições às visitas de oficiais americanos a entidades governamentais do Governo da República da China;

3. A visita do Presidente Lee aos EUA em 1995 desde 1972 o Governo americano havia evitado conceder visas a altos oficiais de Taiwan para não deteriorar as relações com a China. Esta visita de Lee Teng-hui, concedida especialmente por pressão do Congresso, deve-se mais ao sentimento anti-China (factor interno) do que propriamente à mudança de estratégia em relação a Taiwan (factor externo);

4. A crise do Estreito de Taiwan de 1996. Para a RPC, Taiwan é o principal instrumento da política hegemónica dos Estados Unidos na Região Ásia-Pacífico. Os exercícios militares que a China efectuou no Estreito de Taiwan na altura das eleições presidenciais tiveram, igualmente, um objectivo externo: testar a atitude dos Estados Unidos. De facto, as relações sino-americanas não eram testadas pelos chineses desde o massacre de Tiananmen em 1989. Washington actuou de forma a não deixar equívocos: enviou dois porta-aviões (um dos quais chamado ironicamente “A Independência”) reiterando que os Estados Unidos têm “um interesse nacional na segurança e estabilidade do Pacífico Ocidental” e que pretendem evitar “outras acções provocatórias”. Os Estados Unidos afirmam que as águas do estreito de Taiwan são águas internacionais, devendo continuar abertas à navegação internacional, contestando afoitamente a posição chinesa que a passagem que separa Taiwan do continente faz parte da zona marítima exclusiva chinesa. Esta interpretação de Pequim, em oposição ao estabelecido na UNCLOS¹⁹⁰, toca numa questão vital para os Estados Unidos e coloca-os em oposição frontal à China¹⁹¹. Pequim avalia esta atitude americana negativamente considerando-o ao “complexo missionário dos Estados Unidos” que tem, segundo Pequim, por objectivo a destruição do regime comunista do Continente. Mas apesar do que muitos observadores temem, esta crise não deteriora as relações sino-americanas.

¹⁹⁰ United Nations Convention on the Law of the Sea – 1982

¹⁹¹ “Informação internacional – análise económica e política – 1º semestre de 1996”, Lisboa, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, 1997, p. 98.

5. Cimeira Clinton-Jiang Zemin em 1997-98 – Em 1997, Jiang Zemin faz uma visita de Estado aos EUA que inclui a ida a Pearl Harbor. Em 1998, Clinton visita a China e, perante a perplexidade de Taiwan, anuncia em Shangai a conhecida política dos «três nãos»: “nós não aceitamos a independência”, ou “duas Chinas” ou “uma China e um Taiwan” e “não acreditamos que Taiwan possa ser membro de qualquer organização internacional apenas composta por Estados”.

Durante a viagem de Clinton, o diálogo Taipé-Pequim é reaberto, revelando a continuação da política de pacificação do conflito, não se verificando alterações da política americana em relação a Taiwan. No entanto, Pequim percepção a existência de um eixo objectivo Washington-Taipé, e a sua política em relação à Europa é lançada para ser um contrapeso deste eixo. A União Europeia (UE) surge portanto como um importante parceiro comercial da China, numa perspectiva de contrabalançar o poderio americano.

C - Europa

Apesar do aumento considerável de contactos económicos e políticos entre a China e os Estados membros da União Europeia (UE), não se pode dizer que exista uma política europeia coerente e global quanto à China. O mesmo se pode afirmar em relação a Taiwan: logicamente, a questão de Taiwan é indissociável da atitude que a Europa assume em relação à China Popular¹⁹². As tomadas de posição da Comunidade Europeia (CE) em relação ao conflito do Estreito mostraram-se, contudo, pouco favoráveis à posição Taiwan. Na Resolução de 13 de Abril de 1984 sobre as relações económicas e comerciais entre a Comunidade Europeia e a República Popular da China¹⁹³ e na Resolução de 11 de Julho de 1985 sobre as relações comerciais com Taiwan¹⁹⁴, a CE afirma que “a reunificação de Taiwan e da China é desejável”¹⁹⁵. Mas insiste no facto de que as relações entre a Comunidade e Taiwan “devem assentar em bases não oficiais”, apoiando a posição chinesa “no sentido de obter a reintegração de Taiwan no seio da República Popular da China”¹⁹⁶.

Em 1992, a *Associação das Câmaras de Comércio e da Indústria Europeias* anuncia que a Comunidade Europeia e Taiwan dão luz verde a um

¹⁹² GODEMENT, François, “Taipei et les européens”, *Politique Internationale*, nº72, Verão de 1996, p.22.

¹⁹³ JO n.º C127 de 14.05.1984, p. 210.

¹⁹⁴ JO n.º C229 de 9.09.1985, p. 180.

¹⁹⁵ “Resolução P.E. A2-357/88”, JO n.º C96/200, 17.04.1989, p.202.

acordo que facilite a admissão temporária de mercadorias nos territórios aduaneiros de Taiwan e da Comunidade Europeia¹⁹⁷. O Acordo é assinado entre a Associação e o Conselho de Desenvolvimento de Comércio Externo da China e entra em vigor a 1 de Março de 1992, recebendo a aprovação da Comunidade e dos Estados membros. Esta decisão constitui um passo importante no reforço das trocas comerciais entre as duas partes¹⁹⁸.

Neste mesmo ano, Taiwan assina contratos para a compra de aviões de combate aos Estados Unidos e a França¹⁹⁹. Em resposta, a China exige que a França feche o seu consulado em Cantão no prazo de um mês²⁰⁰ e cancela a cooperação com a França no projecto de construção do metro de Cantão²⁰⁰. As relações comerciais entre Paris e Pequim, deteioram-se mas regressam à normalidade na sequência de um comunicado conjunto dos dois governos, a 12 de Janeiro de 1994. A França confirma que o governo francês reconhece o governo da RPC como o único governo legal da China, constituindo Taiwan uma parte integrante do território chinês. A China declara que a venda de armas a Taiwan atenta contra a soberania, a segurança e a reunificação da China. Tendo em conta as preocupações do governo chinês, o governo francês compromete-se a não autorizar as empresas francesas a participar no armamento de Taiwan²⁰¹.

Frederick Tchien, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Taiwan desde 1990, interrogado sobre este assunto por François Joyaux, conhecido sinólogo francês, declara que “este comunicado não só terá efeitos negativos para as relações existentes entre os dois países mas abalará os esforços de Taiwan para se reintegrar na comunidade internacional”²⁰².

Em suma, a atitude da Europa em relação a Taiwan ilustra os limites da sua política externa. As percepções históricas e culturais que os Estados europeus têm da China (vêm-na muitas vezes como o centro absoluto da Ásia, rodeada por vários Estados satélites), determinam a política, ou

¹⁹⁶ *Boletim Quotidiano Europa*, Agência Europa, 1 de Março de 1989.

¹⁹⁷ Com as novas modalidades aplicáveis à importação temporária, nomeadamente amostras comerciais, material de publicidade e mercadorias de apresentação para feiras e salões, desaparecem uma série de obstáculos administrativos que dificultavam as trocas comerciais com Taiwan.

¹⁹⁸ *Boletim Quotidiano Europa*, Agência Europa, 20 de Março de 1992.

¹⁹⁹ F16 americanos; 60 Mirage 2000-5 franceses equipados de 1500 mísseis ar-ar de assalto, Thomson, Matra e Snecma.

²⁰⁰ *Boletim Quotidiano Europa*, Agência Europa, 23 de Dezembro de 1992.

²⁰¹ *Boletim Quotidiano Europa*, Agência Europa, 29 de Dezembro de 1992.

²⁰² “Communiqué conjoint du gouvernement de la RPC et du gouvernement de la République Française (Paris, 12 janvier 1994)”, *Document d'actualité internationale*, p. 97.

²⁰³ JOYAUX François, «Taiwan: Province ou Etat? – Entretien avec Frederick Tchien», *Politique internationale*, n.º 64, Verão de 1994, p. 72.

antes a não-política europeia em relação a Taiwan. A Europa, assim como os Estados Unidos e o Japão, poderiam fazer muito mais pela resolução do conflito no Estreito, se daí retirassem algum interesse estratégico.

Quanto a Moscovo, aparece como um potencial parceiro de Pequim no quadro da estratégia chinesa de contrapeso ao já referido eixo Washington-Taipé. A China não só tem comunicado o interesse de consolidar a cooperação militar e tecnológica com a Rússia como também promover uma “parceria política” entre os dois países, dando voz internacional nas questões que representem um interesse mútuo. Esta estratégia tem-se traduzido pelo incremento da agenda de contactos bilaterais entre os dois países e na percepção chinesa de que a Rússia é um aliado fiel na questão de Taiwan já que se confronta com problemas idênticos de desafio à sua integridade territorial, como é exemplar o caso da Tchécchia.

D - Organizações Internacionais

A estratégia chinesa para isolar Taiwan apenas lhe tem permitido participar num número muito reduzido de organismos internacionais, como a APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation*) e o *Asian Development Bank*. Taiwan pediu para entrar no GATT, entretanto transformada na OMC em 1990 (abandonou esta organização em 1950), mas a sua entrada terá de ser conjugada com a da RPC, e não enquanto Estado separado.

Quanto à Organização das Nações Unidas (ONU), Taiwan, enquanto República da China, foi um dos seus membros fundadores em 1945, mas foi obrigado a ceder o lugar à RPC em 1971. Taiwan continua a considerar-se um participante activo na manutenção da ordem internacional, na promoção da cooperação económica à assistência humanitária²⁰³. Assim, em Abril de 1993, o Presidente Lee Teng-hui anunciou que a República da China iria solicitar a readmissão nas Nações Unidas, recebendo o apoio de 7 países da América Central e do Sul. No ano seguinte, 20 países da América Central e do Sul, de África e do Pacífico voltaram a pedir ao Secretário Geral da ONU que considerasse a candidatura de Taiwan. No entanto, a China e seus aliados têm sempre conseguido que a questão não conste sequer da agenda das sessões da Assembleia Geral.

Parece-nos claro que enquanto a RPC não quiser que Taiwan entre na ONU, todos os esforços despendidos serão em vão. E a China só vai apoiar

²⁰³ “The case for participating of the Republic of China in the United Nations”, Ministry of Foreign Affairs, Republic of China, Julho de 1994, pp.1-7.

Taiwan quando ambas chegarem a um acordo sobre o conceito de “uma só China”. Enquanto tal não acontecer, a China continuará pelo menos a fazer tudo para evitar que a actual existência de “duas Chinas” ou “Uma China, um Taiwan” seja reconhecida pela Comunidade Internacional.

IV - Conclusão

Nas circunstâncias actuais, não é provável que a China recorra à opção militar para resolver o conflito existente no Estreito de Taiwan, sob pena de enfrentar consequências económicas e militares indesejáveis e de gravidade imprevisível. Porém, o investimento único e exclusivo no campo diplomático torna-se insuficiente para a concretização do objectivo último da República Popular, ou seja, a anexação de Taiwan. É, por isso, natural que a RPC tome a certa altura a iniciativa de intimidar militarmente e pressionar psicologicamente Taiwan, conjugando-o com períodos em que toma a iniciativa política, procurando isolar Taiwan. Do ponto de vista económico, a estratégia de Pequim passa pela atracção de investimentos de Taiwan, procurando assim fazer depender alguns sectores empresariais da Ilha do mercado chinês.

O Governo de Taiwan, por seu lado, continua a desenvolver a sua capacidade de defesa em função da projecção militar da RPC, apostando mais na qualidade do que na quantidade do aumento militar e técnico ao seu dispor. A nível económico, Taipé impôs limites à cooperação com a RPC, de forma a assegurar a sua autonomia política.

Pequim nunca especificou em que circunstâncias recorreria à força, mas é provável que o passe a fazer numa das seguintes situações:

- Taiwan declare a independência *de jure*;
- Forças estrangeiras interfiram na questão de Taiwan ajudando-o a tornar-se, independente;
- Se gere um grande motim interno na Ilha a ponto das autoridades perderem o controlo da situação;
- Taiwan manifeste intenção de adiar indefinidamente as conversações sobre a reunificação.

Não suscita dúvida que se Taiwan declara a independência o uso da força é inevitável, mas Pequim não clarificou o que representa para si uma intervenção de forças externas, nem um grande motim²⁰⁴.

Provavelmente, Pequim tem mais a ganhar com a reunificação do que Taipé com uma separação formal da China. Mesmo que os Estados Unidos

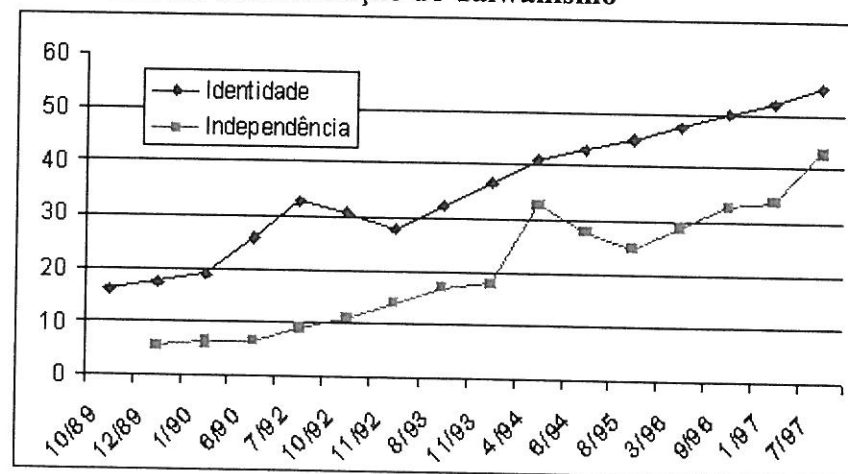
²⁰⁴ HU Weixing, “China’s Taiwan Policy and East Asian Security”, *Journal of Contemporary Asia*, Vol.27, nº3, 1997, p.380.

e/ou o Japão apoiem Taiwan na sua declaração de independência, a China não hesitará em intervir, principalmente porque está consciente de que os Estados Unidos nunca arriscariam atacar militarmente a República Popular da China. As consequências de uma intervenção dessa natureza seriam demasiado imprevisíveis para a Ásia e para o resto do mundo. Assim, a melhor solução a curto prazo para o conflito no Estreito está no adiamento: “uma China, mas não agora”. Até lá, a manutenção do *status quo*.

No limiar do século XXI, a República Popular da China e a República da China, (Taiwan) evoluem segundo os seus respectivos processos de desenvolvimento da economia, da política, da ideologia e da sociedade civil. Se estes dois modelos de evolução distintos não conseguiram coexistir pacificamente, urge criar uma nova estrutura política de cooperação, para bem da paz e da prosperidade dessas duas sociedades e da restante região Ásia-Pacífico²⁰⁵.

V – Anexos

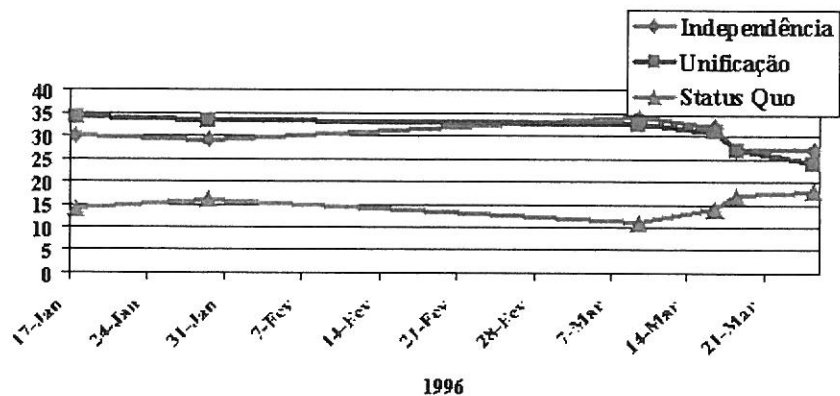
A – Gráfico 1: A Evolução do Taiwanismo



Fonte: YUN-HAN Chu, e CHIA-LUNG Lin, “Democratization and Growth of Taiwanism: Competing Nationalisms and National (In)Security”, *Second Annual Conference of the EU- China Academic Network (ECAN)*, Universidad Autonoma de Madrid, Espanha, 21 e 22 de Janeiro de 1999, p. 38.

²⁰⁵ MYERS Ramon H., “A New Chinese Civilization: The Evolution of the Republic of China on Taiwan”, *The China Quarterly*, n.148, Dezembro de 1996, p.1090.

B - Gráfico 2: Os Reflexos dos Exercícios Militares



Fonte: YUN-HAN Chu, e CHIA-LUNG Lin, "Democratization and Growth of Taiwanism: Competing Nationalisms and National (In)Security", *Second Annual Conference of the EU- China Academic Network (ECAN)*, Universidad Autonoma de Madrid, Espanha, 21 e 22 de Janeiro de 1999, p. 39.

C - Carta da ARATS para a SEF

JUNE 16, 1995

To: The Straits Exchange Foundation

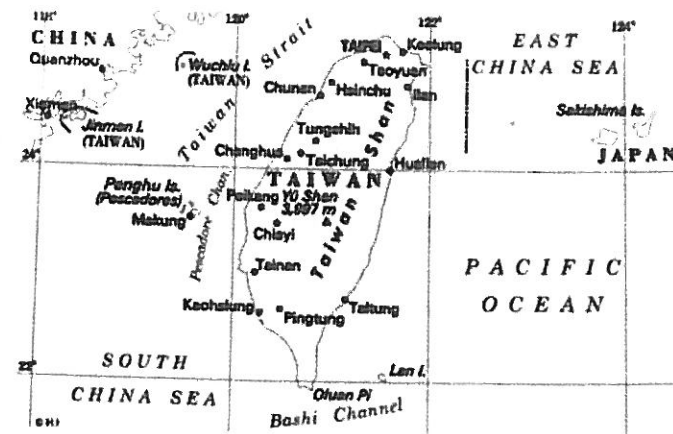
Dear Sirs:

As a result of a series of actions taken by Taiwan that are destructive to cross-strait relations, the atmosphere for staging the second Koo-Wang talks and associated preparatory consultations has been seriously affected. We have no choice but to postpone these preparatory consultations and talks. We will write you again at an appropriate time.

*With best regards,
The Association for Relations Across the Taiwan Straits*

Fonte: <http://www.mac.gov.tw/english/csdialog/arats/arae1.htm>

D - Mapa de Taiwan



Fonte: <http://www.worldpress.org/maps/Taiwan.htm>